

## **Produtivismo Acadêmico A Partir De Uma Perspectiva Habermasiana.**

**Autoria:** Fábio Vizeu, Alexandre Reis Graeml, Marie Anne Macadar

### **Resumo**

O presente artigo argumenta que a questão da ética na prática acadêmica deve ser tratada com o mesmo cuidado que o dispensado a ela no caso de outras práticas sociais. Na verdade, o grande problema no debate sobre ética na prática acadêmica é desconsiderar que esta também consiste em uma prática social e condicionada pelos mesmos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta. Discute-se o pragmatismo na prática acadêmica a partir do referencial da ética discursiva de Habermas, explorando-se algumas inquietações dos autores sobre o produtivismo acadêmico brasileiro.

## Introdução

A presença marcante do tema 'ética' na discussão e reflexão sobre a atividade da academia, tanto em seus canais internos (congressos e revistas acadêmicas) como nos independentes (mídia em geral e órgãos governamentais), demonstra claramente a relevância da sua discussão. Contudo, não é possível dizer que o debate em torno desta questão aponte para um entendimento consensual sobre como o acadêmico pode orientar sua ação ética e moralmente, até porque os problemas e dilemas éticos têm se ampliado e modificado com o passar dos anos.

De certo, mesmo considerando a importância de se pensar nas consequências éticas das ciências da natureza (Santos, 2000), é nas ciências sociais que o debate ético assume um patamar especialmente problemático (Alcadipani e Hodgson, 2009). As ciências sociais produzem um tipo de saber cujas implicações são mais graves, no longo prazo, para a vida social, pois o conhecimento por elas gerado pode assumir papel significativo na vida política, nas relações de trabalho, na cultura e mesmo na constituição de referências mentais que legitimam ou tornam naturais padrões de comportamento humano (Thompson, 2000; Santos, 2000).

Assim, a questão da ética na prática acadêmica deve ser tratada com o mesmo cuidado que se procura fazê-lo no caso de outras práticas sociais. Na verdade, o grande problema no debate sobre ética na prática acadêmica é a desconsideração de que o fazer acadêmico também consiste em uma prática social, que é condicionada pelos problemas que a sociedade enfrenta. O pesquisador-cientista é, tanto quanto o operário ou o homem de negócios, um sujeito pressionado pela lógica produtivista da sociedade de mercado e, embora isso tenha graves implicações éticas (Ramos, 1989), a questão parece não estar na pauta da preocupação com a ética na prática acadêmica.

Assim sendo, o objetivo do presente ensaio é justamente discutir a ética na academia sob o prisma da relação entre a ética e o pragmatismo que se manifesta especialmente na lógica produtivista da racionalidade econômica hegemônica na sociedade contemporânea. Neste sentido, parte-se da premissa que a falta de ética na modernidade está relacionada com a hegemonia do utilitarismo na contemporaneidade (Ramos, 1989; Enriquez, 1997) e que este, por sua vez, se fundamenta na lógica produtivista engendrada pelo capitalismo e pelo racionalismo tecnicista da ciência (Habermas, 1984).

Além desta introdução, o artigo é composto de cinco outras seções em que se discutem ética e pragmatismo, dilemas éticos na academia e produtivismo na academia brasileira. Depois disto, são apresentadas algumas inquietações dos autores, que apontam para uma nova agenda de estudos sobre a ética na academia. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais, que incluem questões formuladas para instigar a reflexão e o debate pelos acadêmicos da área.

## Ética e pragmatismo

Para tratarmos de ética e relacionarmos esta questão com a ação pragmática, é preciso antes discutir a forma como este conceito vem sendo tratado na filosofia, bem como estabelecer a sua relação com outras questões também de ordem filosófica. Todavia, ao se tentar resgatar a discussão sobre ética na filosofia, ingressa-se em terreno pantanoso, uma vez que envolve uma discussão de intenso debate entre os filósofos de todos os tempos e que ainda está longe de proporcionar um entendimento consensual. Por isso, o esforço ora realizado se restringe a apenas uma corrente específica, a **ética discursiva** de Habermas, pois se considera que sua argumentação oferece uma abordagem interessante para a análise da

conduta pragmática e da conduta ética, partindo-se da concepção discursiva da orientação moral. Como o próprio Habermas (1989a) afirma, seu modelo de ética discursiva é devedor da concepção Kantiana de ética e moral, expressa na “Crítica da Razão Prática” (Kant, 2002), em que o filósofo iluminista apresenta os fundamentos de uma concepção ética centrada na análise dos imperativos categóricos que regulam a vida prática.

Contudo, ao apresentar a perspectiva ética de Habermas, não se irá argumentar em favor de seu principal atributo ontológico, a concepção discursiva da vida prática, buscado pelo filósofo alemão na hermenêutica e na filosofia da linguagem (Aragão, 1997). Por mais que essa omissão comprometa a compreensão plena dos argumentos de Habermas, ela se faz necessária para garantir a brevidade do presente texto e, de todo modo, não se acredita que represente um problema para a proposta de confrontar a conduta ética à conduta pragmática, uma das consequências de se pensar a ética tal qual Habermas propõe.

Parte-se do entendimento de Habermas (1989a) de que a ética na filosofia apresenta apenas duas grandes tradições, a Aristotélica e a Kantiana. Todas as outras perspectivas filosóficas sobre a ética se originam de uma destas duas correntes. Ambas partem da reflexão sobre a razão prática, ou seja, os mecanismos mentais adotados pelos seres humanos para efetuar sua reflexão sobre as suas ações no mundo, no sentido de justificá-las psicologicamente, garantindo, assim, um estado psíquico de conformidade com essas ações. Todavia, Aristóteles funda sua ética em pressupostos universalistas que se expressam dogmaticamente, diferentemente de Kant, que suporta seus argumentos de explicação da ética sobre a análise das condições procedimentais da prática humana (Andery *et al.*, 2007). Habermas segue o caminho de Kant, mas não se abstém de recorrer a elementos da ética Aristotélica para fundamentar sua própria ética discursiva (Habermas, 1989a).

Sendo considerado o fundador da ética – a disciplina filosófica de reflexão sobre o comportamento reto, sobre o bem-viver – Aristóteles constitui a noção de *ethos* (uma palavra grega que se refere ao ‘modo de ser’), partindo da concepção essencialista que dominou o pensamento clássico (Andery *et al.*, 2007). Reconhece na virtude a origem do bem e, conseqüentemente, a referência para o comportamento moral. Entretanto, enxerga na virtude um princípio universal, que independe da vontade, um elemento divino que existe na ordem universal para organizar a vida política do ser humano. A questão fundamental para se acessar essa referência universal de ‘como agir’ é o desejo pelo bem. Para Aristóteles, trata-se do desejo imanente do homem de felicidade (Faria, 1994; Andery *et al.*, 2007).

Habermas considera essa propensão ao bem como auto-determinação do sujeito, ou seja, o reconhecimento de si mesmo e o desejo de vir a ser algo. Esse desejo se manifesta em valores fortes, ou, dito de outra forma, valores existenciais, pois manifestam o desejo existencial de ser alguém com determinada conduta e de viver uma determinada forma de vida. Para ele, preferências fortes são “aquelas valorações que não concernem apenas a disposições e inclinações ‘contingentes’, mas também à compreensão de si (Selbstverständnis) de uma pessoa, ao tipo de vida que tem, ao caráter” (Habermas, 1989a, p. 6).

Assim, para Habermas (1989a; 1989b), somente pode ser considerada ética a conduta na qual se justifica a ação com base em valores que suportam a própria noção de ‘vir a ser’ do indivíduo, sua consciência existencial de que pode ser alguém melhor, portanto, sua busca pela felicidade, ou seja, a busca pelo bem. A conduta ética seria a conduta para o bem, porque se fundamenta em valores que orientam o indivíduo para esta descoberta particular do sujeito de ‘quem ele/ela é’ e de ‘quem ele/ela deseja ser’.

A conduta moral, por sua vez, diz respeito ao desejo de fazer algo em conformidade com o desejo de uma coletividade. A moral, na perspectiva de Habermas (1989a; 1989b) é o reconhecimento do outro, pois se traduz no imperativo categórico da práxis social, no qual se

precisa coordenar a própria existência no mundo com relação às outras existências. Ou seja, a moral diz respeito à regulação da vida para conformá-la à coletividade em que se vive. Por isso, se refere às normas sociais reguladoras da vida social. Assim, a conduta moral é regida pela noção do justo, ou seja, pela conformidade da ação com o interesse de todos. É preciso notar que a concepção de moral é relativista, pois condiciona a ação a valores compartilhados que não necessariamente são reconhecidos como ‘bons’, mas sim como ‘justos’. É por isso que se pode falar de ‘moral de criminosos’ (Habermas, 1989b). Neste raciocínio, uma objeção que se costuma fazer à definição de um referencial moral universal é que cada cultura constitui sua própria moral e não há, portanto, como julgar uma norma moral de uma determinada cultura a partir de outra.

É por isso que a filosofia vincula a ética e a moral. Na verdade, para se obter a vida no bem – um esforço que não precisaria considerar o outro, pois é uma busca pessoal – faz-se necessário buscar a justiça, já que, para bem viver em sociedade, é necessário que se atenda ao interesse de todos (Faria, 1994). Assim, quando se vincula o referencial ético individual ao referencial moral coletivo, os valores existenciais que sobressaem são aqueles que se referem às expectativas de regulação da vida coletiva (Kant, 2002). Habermas aponta para essa aproximação entre o referencial ético e o referencial moral na ideia de máxima:

As máximas constituem o ponto de intersecção entre ética e moral, porque podem ser julgadas simultaneamente sob os pontos de vista ético e moral. A máxima de praticar também uma vez uma manobra de engodo pode não ser boa para mim – isto é, quando não se enquadra à imagem da pessoa que gostaria de ser e que, como tal, quero ser reconhecido. A mesma máxima, pode, simultaneamente, ser injusta – isto é, se sua obediência universal não for igualmente boa para todos (Habermas, 1989a, p. 9).

Em contraste com a conduta ética e a conduta moral, Habermas (1989a) considera a conduta pragmática como aquela cujas referências são as preocupações exclusivas com as condições e dificuldades particulares para o desempenho da ação.

Todo esforço ou ação envolve problemas de ordem pragmática, por exemplo, como usar os recursos que estão disponíveis para a realização de algo? Como se chegar ao resultado que se espera? As pessoas também se deparam com uma dimensão de vontade imediata relacionada à execução da ação: vou caçar porque estou com fome, vou deitar porque estou com sono, vou me defender para não morrer. Essas justificações pragmáticas, mesmo baseando-se na vontade do indivíduo que age, não são da mesma ordem da vontade de ordem ética (que se baseia em uma auto-consciência de ordem existencial) e da vontade de ordem moral (que se baseia na consciência da coletividade e no imperativo do ajuste da conduta do indivíduo à manutenção dessa ordem coletiva). Os interesses pragmáticos são de natureza egocêntrica e envolvem um tipo de agir estratégico. Na perspectiva de Habermas:

Tarefas pragmáticas colocam-se da perspectiva de um agente que parte de suas metas e preferências. Deste ponto de vista, os problemas morais não podem surgir de maneira alguma, porque outras pessoas têm apenas a importância de meios ou condições restritivas para a realização de um plano de ação respectivo a cada indivíduo. No agir estratégico os participantes supõem que cada um decide de maneira egocêntrica, segundo o critério de seus próprios interesses (Habermas, 1989a, p. 8).

Deste modo, para Habermas (1984), o agir estratégico é aquele que se fundamenta na racionalidade instrumental, ou seja, é regido pelo cálculo utilitário da relação entre meios e fins, considerando-se exclusivamente o êxito da ação pragmática. Neste tipo de agir, não está

em julgamento a legitimidade de determinada ação pela sua conformidade com valores existenciais ou pelo julgamento do justo. O que se está julgando é a forma de agir em relação às questões contingentes da ação, às necessidades que emergem das condições nas quais a ação se realiza, mas que atendem a interesses particulares do agente.

Esta condição pragmática no agir do indivíduo, quando entra em conflito com as referências da conduta ética e da conduta moral, gera um conflito que é reconhecido como um dilema ético, que, sob o ponto de vista da estrutura psicológica do ser humano, é resolvido em favor da ética e da moral (Habermas, 1989b). Entretanto, na modernidade ocorre uma inversão de ordem: a orientação pragmática passa a prevalecer sobre a orientação ético-moral. Esta inversão se explica pela predominância da orientação racional-instrumental neste período histórico, dada especialmente pela configuração do sistema institucional baseado na ordem econômica e científica que caracteriza o Estado moderno e o capitalismo (Habermas, 1984; Ramos, 1989). Vários são os indicativos destes distúrbios sociais e psicológicos advindos da predominância de uma lógica pragmática, em detrimento das referências ético-morais, como sugere o próprio Habermas (1984, p. 369):

Os custos sócio-psicológicos de uma racionalização restrita à dimensão cognitivo-instrumental – custos que são externalizados pela sociedade e deslocados para os indivíduos – aparecem de diferentes formas, variando de doenças mentais tratadas clinicamente, passando por neuroses, vícios, distúrbios psico-somáticos, problemas educacionais e motivacionais, até as ações de protesto das contraculturas esteticamente inspiradas, seitas religiosas e grupos criminosos marginais (agora incluindo também o terrorismo anarquista).

Este estado de coisas, identificado pelos integrantes da Escola de Frankfurt com o problema da reificação da racionalidade instrumental na modernidade (Adorno e Horkheimer, 1985), se faz sentir particularmente no contexto das organizações econômicas e sob os auspícios do *Management* moderno (Ramos, 1989). É por isso que se vê a banalização da injustiça social processada dentro das organizações produtivas, onde as relações de trabalho são esvaziadas de referencial ético em nome do interesse pragmático de uma racionalidade utilitária (Dejours, 2001). Em nome do êxito nas tarefas que os indivíduos são condicionados a executar eficientemente, deixa-se de lado o julgamento ético e moral, o critério de bem e de justo.

Nesta condição comportamental que a ordem econômica e científica da modernidade impôs à sociedade (Ramos, 1989), observa-se cada vez mais a ruptura com o referencial ético-moral, e isso se faz sentir especialmente pela emergência da preocupação com a ética nas empresas, que ocorre em resposta à própria falta de legitimidade das ações empresariais na sociedade. Como sugere Enriquez (1997, p. 6):

O reaparecimento das preocupações éticas traduz o profundo mal-estar de nossas sociedades em consequência do triunfo da racionalidade instrumental, que tende a fazer dos seres humanos objetos manipuláveis. Esta perversão da racionalidade manifesta-se particularmente nas empresas, que atualmente procuram integrar a preocupação ética dentro de seu funcionamento. Pode-se constatar que, agindo desta forma, elas têm como objetivo, na maior parte das vezes, desenvolver um forte consenso em torno de seus próprios ideais tanto de parte de seus membros quanto do conjunto do corpo social.

A lógica econômica como fim em si mesmo, como um valor superior a todos os outros, faz com que os enclaves sociais se subordinem às relações de mercado, traduzindo todos os contextos com os quais as pessoas se deparam na vida em questões de ordem

econômica e utilitária (Ramos, 1989). Em nome de um crescente produtivismo, as pessoas são compelidas a adotar comportamento utilitarista, envolvendo um produtivismo engendrado pelas organizações econômicas (e que se faz presente mesmo nas organizações não-econômicas). Só se é feliz na medida em que se é bem sucedido neste mundo regido por uma ordem utilitária, mesmo que isso represente a corrupção de referências éticas e morais. Negar essa ordem é sujeitar-se à marginalização:

Pede-se a cada indivíduo que ele se torne um combatente, um herói, um 'radar' capaz de se adaptar a todas as circunstâncias, e a populações inteiras que não tenham nada além do êxito econômico e pessoal como palavra de ordem. A conclusão é óbvia: aqueles que podem se adaptar a uma sociedade guiada por esses valores estão seguros de serem reconhecidos como sujeitos e participarem como cidadãos no funcionamento da sociedade. Os outros deverão se contentar (nas sociedades ocidentais) com formas de trabalho subalternas, ou então acabarão por pertencer à categoria dos desqualificados sociais (os chamados assistidos ou marginais) (Enriquez, 1997, p. 8).

Infelizmente, o mundo acadêmico não fica isento desta tendência perversa de desconsideração da ética e da moral pelas sociedades modernas. Na verdade, os acadêmicos – a despeito do valor emancipatório do conhecimento científico buscado pelo positivismo oitocentista (Santos, 2000) – também estão inseridos no universo do trabalho, cuja ordem reguladora é a lógica econômica da racionalidade utilitária. Isto justifica a preocupação com a questão da ética, embora alguns elementos específicos precisem ser levados em consideração, como se discutirá adiante.

### **Dilemas éticos na academia**

A questão da ética na atividade acadêmica vem sendo discutida há certo tempo, especialmente após os experimentos nazistas com cobaias humanas realizados durante a Segunda Guerra Mundial, que motivaram a preocupação em se criar fóruns de discussão dentro da comunidade científica que servissem para a elaboração de códigos de ética (Alcadipani e Hodgson, 2009). Em complemento a este esforço, também se verifica como uma preocupação de ordem ética o questionamento sobre as consequências da busca do conhecimento a qualquer preço, um comportamento legitimado pelo positivismo e que foi repensado após o advento da bomba atômica e dada a insegurança trazida pela guerra fria (Santos, 2000). Nas ciências sociais, a discussão sobre ética na prática acadêmica tem se focado nos dilemas ético-morais que determinadas práticas de pesquisa podem apresentar (Taylor, 1987; Marshall e Rossman, 1999; Alcadipani e Hodson, 2009).

Apesar deste debate, não se observam autores interessados em discutir dilemas éticos que advêm da orientação pragmática presente no fazer acadêmico. E esses dilemas são muitos!

Nas ciências sociais, podem se relacionar a problemas de acesso ao local de pesquisa, de respeito à integridade física e moral dos participantes da pesquisa e de obtenção de consentimento dos participantes da pesquisa, além do conhecimento pleno dos termos e da própria natureza da pesquisa (Marshall e Rossman, 1999; Alcadipani e Hodson, 2009). O problema de tal enfoque é que geralmente não questiona ou considera pouco a orientação pragmática que o pesquisador assume no cumprimento de sua atividade de pesquisa.

Deve-se ter em conta que, sob o ponto de vista profissional, a pesquisa científica é um trabalho como outro qualquer e, por isso mesmo, sujeito às mesmas pressões pragmático-utilitaristas que orientam outras atividades da vida econômica moderna.

Um caso reportado em um artigo sobre dilemas éticos na prática de pesquisa é emblemático para ilustrar essa omissão. Taylor (1987) apresenta sua própria experiência de pesquisa para pontuar os dilemas éticos que se manifestam no trabalho de campo de pesquisadores de ciências sociais. Estudando o comportamento da equipe de atendentes de um hospital psiquiátrico norte-americano, o pesquisador se deparou com abuso e violência praticados pelos atendentes contra os internos. O autor descreve o horror que sentiu ao testemunhar essas práticas, bem como a frustração de perceber que algumas delas foram efetuadas por conta da sua presença. O dilema com que se deparou envolvia quatro possíveis escolhas: intervir diretamente para tentar impedir a prática abusiva dos atendentes; abandonar o trabalho de campo; denunciar a prática para autoridades ou jornais; ou continuar a pesquisa. O autor discute cada uma dessas opções utilizando razões pragmáticas como, por exemplo, o fato de que sua intervenção não seria capaz de impedir o abuso ou que, se ele denunciasse aquele grupo em particular, isso não iria impedir que atendentes em outros hospitais (ou mesmo os que viessem a substituir os denunciados) praticassem novos atos de violência. Assim, o autor optou por continuar a pesquisa sem se opor ao abuso.

O argumento dado por Taylor (1987) para esse comportamento omissivo em relação às práticas percebidas como imorais ou antiéticas foi o poder que a pesquisa teria de transformar o mundo social. Ele sugere, de forma pragmática, que iria ajudar mais os pacientes que sofrem violência publicando a pesquisa, levando em conta a capacidade desta ação de revelar o abuso para a sociedade. Todavia, o autor não menciona (e talvez sequer tenha percebido, a partir da lógica pragmática que utilizou para refletir sobre a situação) o fato que a grande diferença entre as três opções que descartou e a última, que efetivamente escolheu para solucionar seu dilema ético, era que somente a última garantiria o êxito do trabalho de pesquisa. Não considerou em sua argumentação o interesse próprio no êxito da condução de uma pesquisa com a geração de resultados publicáveis (o que configura um dos mais importantes produtos do trabalho acadêmico). Ou seja, o autor não considerou seu dilema sob o ponto de vista das pressões produtivistas a que também os acadêmicos estão sujeitos, e que se manifestam especialmente nos dilemas que põem em xeque a realização da pesquisa.

Este problema também é observado no caso apresentado em Alcadipani e Hodgon (2009), sobre a realização da pesquisa de cunho crítico. De acordo com os autores, os dilemas éticos dos estudos críticos em administração (*Critical Management Studies*) emergem da condição do pesquisador necessitar ter acesso a uma realidade organizacional que, em grande parte, irá criticar ou denunciar. Assim, apontam que é necessário, para a realização da pesquisa de cunho crítico, omitir as reais intenções do pesquisador, visando a obter confiança dos pesquisados e, desta forma, obter informações que alimentem o estudo. É interessante notar o paradoxo desta atitude, pois, nos estudos críticos em administração, segundo outro artigo de um destes autores (Davel e Alcadipani, 2003), um dos aspectos centrais desta abordagem é contribuir para a emancipação do sujeito no âmbito das organizações. A questão que emerge é a seguinte: como visar a esse intento se assume-se uma postura de manipulação dos pesquisados de determinada realidade organizacional, com a finalidade de obter êxito na consecução da pesquisa? Para emancipar é preciso manipular?

Tanto o caso de Taylor (1987) quanto o de Alcadipani e Hodgon (2009) evidenciam que, em sua relação com os outros, o pesquisador pode assumir um comportamento estratégico, ou seja, um comportamento que desconsidera a percepção dos interesses daqueles diretamente envolvidos ou afetados pela prática acadêmica, em nome do sucesso pragmático da ação com a qual está envolvido. Essa relativização do julgamento ético do acadêmico em função de critérios pragmáticos também pode ser observada em outras práticas profissionais com as quais o pesquisador costuma se envolver, como, por exemplo, na avaliação de trabalhos para revistas científicas, conforme mencionado por Resnik, Gutierrez-Ford e

Peddada (2008) e as atividades de ensino, lembradas por Tabachnick, Keith-Spiegel e Pope (1991).

### **Produtivismo na academia brasileira**

O Vº Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), lançado durante o segundo semestre de 2011, ainda está sendo incorporado pela comunidade acadêmica e diversos debates tem ocorrido nas universidades brasileiras objetivando destrinchar os seus dois volumes. Tal cenário torna a discussão sobre produtivismo acadêmico particularmente oportuna. O PNPG é um sintetizador das diretrizes que norteiam as políticas públicas de qualificação de pessoal em nível de mestrado e doutorado, e desde o princípio tem sido editado a cada seis anos com o intuito de desenvolver cenários de crescimento do sistema, metas e orçamento para a execução de ações a ele relacionadas. Diferentemente dos demais, o novo PNPG amplia o período de estabelecimento de metas para dez anos (2011-2020). Também, em função de novos papéis desempenhados pela Capes, conforme seu presidente, foram introduzidas "ações voltadas à educação básica e à necessidade de formação para o setor empresarial".

Tanto no PNPG (2005-2010) como no atual, os planos anteriores foram revisitados e constatou-se que eles surgiram objetivando o planejamento estatal, bem como elementos essenciais na construção e desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Brasil (Capes, 2004). Desde o surgimento do primeiro PNPG (1975-1979), em pleno regime militar, diversas foram as diretrizes que nortearam as políticas públicas nesta área, tais como: integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em diversas instituições; aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior; construção de um amplo sistema de bolsas de estudo no país e no exterior; estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação; participação sistemática de representantes da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação; integração do ensino à pesquisa; fortalecimento da iniciação científica; criação de um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional; e implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas, realizado por meio de julgamento de pares.

Ao analisar este cenário, Luz (2005, p. 45) considera o encaminhamento dado pelos PNPGs como um “trágico equívoco pedagógico para a nação”, pois concentra as atividades de pesquisa junto ao sistema educacional (‘hierarquização dos produtores’) permitindo a criação de uma política da pós-graduação como nicho institucional legitimado e privilegiado, conforme ocorre até os dias de hoje. Tragtenberg (2002, p. 181) não é menos ácido em sua crítica à forma como se realiza pesquisa científica no país, afirmando que “a publicação a qualquer preço de um texto qualquer constitui-se no metro para medir o sucesso universitário”. E continua, mais adiante: “a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude” (p. 182).

Axt (2004) acrescenta outros fatos históricos que igualmente contribuíram para que o sistema de pós-graduação se desenvolvesse da forma que o fez, até assumir a configuração atual:

- 1) políticas de criação e de fomento da pós-graduação e de pesquisa ainda na década de setenta, no Brasil, abrindo espaço à formação pós-graduada e à pesquisa, bem como à organização do seu fomento;
- 2) globalização da economia, acompanhada (e subsidiada) pelo desenvolvimento das telecomunicações, em particular da Internet, e por uma nova divisão internacional do trabalho, definindo os produtores e os consumidores de ciência e tecnologias;



- 3) consolidação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e da sua atuação também no terreno da Educação, declarando-a sujeita às regras do comércio internacional;
- 4) sucessivos modelos de avaliação implantados pelas agências de fomento da Pós-Graduação e da Pesquisa, culminando no atual Coleta Capes, inclusive com mudança de regras em meio aos processos de avaliação dos Programas, quando estes já haviam entregue seus relatórios de acordo com regras então vigentes;
- 5) sensibilidade das agências de fomento aos conceitos avaliativos atribuídos aos programas de pós-graduação, que passaram a determinar quotas de bolsas para os programas, recursos de custeio e capital;
- 6) modelo avaliativo baseado em informações de caráter quantitativo, como grau de impacto atribuído a periódicos, encontros científicos etc.;
- 7) orientação e regulação do modelo avaliativo por uma lógica competitiva, individualista, disciplinar, homogeneizante e excludente, gerando um processo de definição e de normalização da excelência em pós-graduação e em pesquisa.

A mundialização do capital, intensificada nas últimas décadas do século XX, influenciou fortemente as políticas públicas no geral (vide reforma do aparelho do estado em 1995) (Santos, 2010). Mas a centralidade da pesquisa na educação superior e a naturalização do produtivismo acadêmico são refletidas nos últimos PNPGs e, por sua vez, percebidas pelos pesquisadores na forma das diversas pressões quantitativas que as agências de fomento lhes têm imposto.

Nesse sentido, o novo presidente do CNPq, Glaucius Oliva, em recente entrevista, afirma que, apesar do cenário positivo (aumento da participação de pesquisadores brasileiros na produção científica mundial para 2,7%), diversos são os desafios a serem enfrentados em sua gestão (CNPq, 2011). Ele ressalta o desenvolvimento de procedimentos de avaliação e acompanhamento que privilegiem a qualidade, inovação e a multidisciplinariedade e, principalmente, a intensificação da cooperação do CNPq com Capes e Finep.

Essa ausência de integração identificada pelas instituições de fomento é também destaque entre as diversas preocupações de Axt (2004, p. 75), quando ressalta a “duplicação de atribuições e duplicidade na alocação de recursos exigindo um aumento do controle que poderia ser dispensável”. Tal aumento de controle, advindo de diversas fontes, pode ser mais um fator influenciador no comportamento ético do pesquisador e estimulador do desenvolvimento de mecanismos para “driblar” as avaliações da Capes (Ozaí da Silva, 2010).

É nesse quadro de intensificação do produtivismo acadêmico que se faz necessário considerar a reflexão sobre a ética e a orientação pragmática no fazer acadêmico brasileiro.

### **Inquietações ordenadoras de uma nova agenda de estudos sobre o pragmatismo na academia**

Em razão da discussão prévia, apresentam-se quatro questões que apontam para a reflexão sobre a conduta ética na acadêmica, levando em conta as pressões produtivistas e os critérios pragmáticos que delas advém. Estas questões, apresentadas provisoriamente sob o rótulo de ‘inquietações’, podem servir para orientar estudos futuros que considerem os argumentos apresentados nas seções anteriores. Elas são apresentadas como diretrizes de investigação, mas também refletem aspectos polêmicos sobre a conduta do pesquisador frente às pressões produtivistas no trabalho acadêmico em nosso país.

Antes de serem apresentadas as inquietações, serão pontuadas situações ilustrativas por meio de uma história fictícia, em que se dramatiza o comportamento pragmático vinculado às pressões produtivistas mencionadas no presente ensaio. Apesar de constituir-se como ficção, a história apresentada reflete, antes de tudo, práticas conhecidas pelos autores do

trabalho, que não se pode afirmar categoricamente que são freqüentes, tampouco raras. A ocorrência de tais práticas não causaria estranheza em qualquer pesquisador de nossa academia que não seja um *newcomer* ou *one-timer* (GUARIDO-FILHO, MACHADO-DASILVA e GONÇALVES, 2009).

Um jovem pesquisador, recém saído de seu programa de doutoramento, é convidado a integrar o corpo docente do seu programa. Nas palavras de seu orientador, ele é considerado um pesquisador brilhante e com grande potencial. O jovem pesquisador é motivado por seus ideais de contribuição para a sociedade, por meio da produção de conhecimento de qualidade e grande impacto para as questões reconhecidas como de relevância para a comunidade acadêmica.

Todavia, já em sua primeira reunião de colegiado, o jovem recém-doutor se espanta com a postura dos doutores *seniores*, muitos deles, seus ex-professores. A pauta envolve a produção docente e o que está em questão não é que temas de pesquisa são mais alinhados ao programa ou as propostas de pesquisas futuras dos professores, mas, ao invés disto, como cada um pode atingir a meta de pontos exigida pela Capes para que o programa seja considerado ‘muito bom’. Após a reunião, o jovem pesquisador passa a perceber certas práticas adotadas de forma velada por alguns professores para dar conta das pressões pela produção de ‘pontos’. Algumas delas são: i) a submissão de um artigo já publicado para outro congresso ou revista, alterando o título para mascarar a falta de ineditismo (especialmente quando este é exigido na submissão); ii) a exigência de um artigo como trabalho final de disciplina, que será assinado pelo professor como co-autor e submetido a congressos e revistas; iii) a submissão simultânea do mesmo trabalho para dois periódicos acadêmicos, de forma a minimizar o tempo de espera, retirando-se do processo de submissão da revista que estiver demorando mais.

Sendo fruto de ficção, tal história deve ser compreendida como um recurso literário adotado para provocar a reflexão sobre a ética e o pragmatismo, especialmente, sobre aquele comportamento pragmático induzindo pelo produtivismo, que se constitui na atividade acadêmica. Não se afirma que determinado comportamento é certo ou errado; a história apenas aborda exemplos que refletem atitudes que podem ter implicações éticas, que merecem ser francamente debatidas, sob pena de se assumir uma orientação contraditória aos valores que se supõe nortear a prática acadêmica.

Assim, passamos a discutir as inquietações que podem servir como agenda para um debate ético e sobre ética na academia brasileira de administração.

**As questões pragmáticas interferem nos critérios éticos da comunidade acadêmica?** Esta primeira questão leva em conta a preocupação sobre até que ponto a academia vem flexibilizando seus critérios ético-morais por conta das pressões pragmáticas do trabalho acadêmico. Até que ponto vemos os pesquisadores mudando seus critérios sobre o certo e o errado com relação às suas práticas por conta da pressão pelos pontos da Capes? Para responder a essa inquietação, faz-se necessário que se observem longitudinalmente as possíveis mudanças nos critérios éticos considerados pelos acadêmicos, considerando as transformações institucionais de ordem produtivista. Levando em conta ainda a especialização da comunidade acadêmica de modo geral, é possível que também se investigue se há diferenças nos critérios entre as diferentes academias (por exemplo, se forem comparadas a Filosofia com a Administração, será que há entendimentos distintos sobre questões de ordem prática associadas às atividades dos pesquisadores?).

**Qual a frequência com que julgamentos éticos comuns a uma comunidade acadêmica são desrespeitados por membros do próprio grupo em suas ações?** Essa inquietação advém da expectativa de que o comportamento das pessoas reflita seu julgamento ético e moral da seguinte forma: 1) para questões consideradas antiéticas pela maioria dos membros de uma comunidade acadêmica, é esperado que haja pouca incidência de comportamento desviante; 2) para questões consideradas sem implicações éticas, não há problema se ocorrer grande disparidade de comportamentos ou se as situações que as envolvam forem frequentes. Incompatibilidades entre julgamentos éticos e comportamentos, ou seja, a ocorrência frequente de situações que agridam valores éticos comumente aceitos pela comunidade podem resultar da influência da adoção de uma ética utilitária por seus membros, fruto de uma orientação pragmática da ação (Habermas, 1989a). Neste caso, poder-se-ia constituir a hipótese defendida por alguns autores de que a discrepância entre o julgamento sobre o bom e a ação pode decorrer de pressões para produtividade (Dejours, 2001).

**Existe relação entre o perfil do pesquisador – idade, tempo na academia, afiliação institucional – e os diferentes critérios de julgamento ético que se manifestam em uma comunidade acadêmica?** Essa inquietação se baseia na expectativa de que as pressões produtivistas sejam sentidas de forma diferente pelos integrantes de uma comunidade científica, dependendo das condições nas quais cada participante as vivencie. Por exemplo, um acadêmico mais experiente, por ter experimentado outras condições de exigência (ou falta de exigência) de produtividade acadêmica em períodos anteriores de sua carreira, pode apresentar postura distinta de um novato ao ser confrontado com pressões produtivistas, em relação a certos critérios de julgamento ético. Da mesma forma, um pesquisador que esteja afiliado a uma instituição de ensino e pesquisa de grande reputação, por exemplo, pode sofrer pressões produtivistas distintas daquele que está vinculado a uma instituição marginal.

**O fato de um critério de julgamento ético ter implicações diretas para a produção científica do pesquisador é relevante como fator de “flexibilização” da ética ou desvio de comportamento?** É preciso refletir sobre se, dentre diferentes dilemas éticos apresentados a uma determinada comunidade acadêmica, aqueles que se relacionam diretamente com os interesses produtivistas imediatos são mais ou menos relevantes do que outros dilemas que não têm implicação direta na produção científica. Por exemplo, se considerarmos os atuais critérios da Capes acerca da publicação de artigos acadêmicos, será que os dilemas éticos que envolvem resultados da ação favoráveis ao aumento da produtividade científica do pesquisador podem estar sendo tratados de forma mais “frouxa” do que aqueles que não envolvem diretamente esses resultados. Essa questão é importante porque ajuda a verificar até que ponto os critérios se desvirtuam – mesmo que apenas tornando-se menos rigorosos – a partir das pressões que os acadêmicos sofrem para o aumento de produtividade.

### **Considerações finais**

Este artigo convida a uma reflexão sobre a ética na academia, especificamente sobre o que diz respeito à intensificação do produtivismo neste campo. Para motivar essa discussão, foi utilizada a perspectiva de Habermas (1984; 1989a; 1989b) sobre ética discursiva e a diferenciação que decorre deste arcabouço teórico entre a orientação ético-moral e a orientação pragmática.

Não era objetivo dos autores vitimizar os pesquisadores ou demonizar as agências de fomento à pesquisa. Está claro que o produtivismo não decorre apenas da existência de métricas ou outros incentivos para a busca de resultados práticos. Ele está no DNA da sociedade contemporânea. Os mesmos acadêmicos que criticam a *fast science*, e a habilidade

de se produzir trabalhos científicos com a mesma agilidade demonstrada por redes de comida rápida para preparar hambúrgueres, normalmente têm obtido sucesso em relação às métricas produtivistas que se lhes impõem. Conforme observa um leitor de uma versão preliminar deste ensaio, os artigos assim redigidos representam, seguramente, mais motivo de orgulho do que de embaraço ao serem elencados para inserção no sistema Coleta Capes.

Os autores pretendem dedicar mais tempo e esforço à temática nos próximos anos. As ideias apresentadas neste ensaio são resultado de um debate entusiasmado que se iniciou com dois professores, intrigados com o possível embate entre suas convicções éticas e as pressões pragmáticas a que são submetidos em suas atividades regulares de pesquisa. Tudo começou de forma descompromissada: duas salas com portas abertas e dois colegas discutindo em voz alta (bem alta, para vencer o corredor que separa as duas salas) para desespero dos demais professores e alunos do programa de pós-graduação, cujas salas também ficam nas vizinhanças. Mas, aos poucos, outros foram sendo contagiados pelas mesmas inquietações, tanto no próprio prédio como em outros *campi* Brasil afora. A terceira autora deste artigo colabora a novecentos quilômetros de distância.

Não somos mais éticos ou menos afetados pelo pragmatismo do que nenhum dos nossos colegas. Ironicamente, se aprovado, este pode ser o centésimo artigo publicado em anais de congresso por um dos autores, o que, de certa forma, corrobora a opinião do leitor mencionado no parágrafo anterior, de que o sentimento com relação ao resultado dos esforços pela obtenção da produção é paradoxal: o que nos momentos de avaliação utilitarista dos resultados demonstra-se como um número para se orgulhar, se transforma rapidamente em um motivo de embaraço, quando se pára para refletir sobre aonde isso tudo está nos levando.

Por que temos tanta dificuldade em indicar nossos cinco trabalhos mais importantes quando indagados ao preencher o Currículo Lattes? Quais deles realmente oferecem uma contribuição efetiva para a comunidade acadêmica e para nossa sociedade?

O pragmatismo e o utilitarismo da nossa sociedade nos empurram para uma lógica quantitativista ao extremo e isso ocorre, em muitos casos, sem que tenhamos tempo para refletir profundamente sobre o caminho que está sendo tomado. Faz sentido a forma como estamos ‘fazendo ciência’? Ou deveríamos parar e (re)construir a ética da nossa comunidade científica, de modo que se preservem os valores mais importantes da academia, possibilitando que a universidade funcione como um local para a reflexão sobre caminhos para nossa sociedade, talvez mais igualitários, e não apenas um lugar onde as mazelas que afligem outros setores da sociedade demoram um pouco mais a chegar?

## Referências

- Adorno, T.; Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Alcadipani, R., Hodgson, D. (2009). By any means necessary? Ethnographic access, ethics and the critical researcher, *TAMARA: Journal of Critical Postmodern Organization Science*, v. 7, n. 3/4, p. 127-146.
- Andery, M. A.; Micheletto, N.; Sérgio, T. M. P.; Rubano, D. R.; Moroz, M.; Pereira, M. E.; Gioia, S. C.; Gianfaldoni, M.; Savioli, M. R.; Zanotto, M. L. (2007). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Aragão, L. M. de C. (1997). *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Axt, M. (2004). O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, n. 16 (número especial), p. 69-85.

- Capes (2004). Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2005-2010). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-anteriores>. Acesso em: 10 Agosto, 2011.
- Capes (2011). Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2011-2020). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 20 Abril, 2012.
- CNPq (2011). Sala de imprensa: com a palavra, o Presidente. 05/04/2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2011/0405.htm>. Acesso em: 10 Agosto, 2011.
- Davel, E.; Alcadipani, R. (2003). Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 72-85.
- Dejours, C. (2001). *A banalização da injustiça social*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Enriquez, E. (1997). Os desafios éticos nas organizações modernas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 2, p. 6-17.
- Faria, M. C. B. (1994). *Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser*. São Paulo: Moderna.
- Guarido Filho, E. R.; Machado-da-Silva, C. L.; Gonçalves, S. A. (2009). Organizational Institutionalism in the Academic Field in Brazil: Social Dynamics and Networks. *Brazilian Administration Review*, v. 6, n. 4, p. 299-315.
- Habermas, J. (1984). *Theory of communicative action: reason and the rationalization of society*. Vol. 1. Boston, MA: Beacon Press.
- Habermas, J. (1989a). Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 4-19.
- Habermas, J. (1989b). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Kant, I. (2002). *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes.
- Luz, M. T. (2005). Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 39- 57.
- Marshall, C.; Rossman, G. (1999). *Designing qualitative research*. 3. ed. London: Sage.
- Ozaí-da-Silva, A. (2010). Reflexões sobre a ideologia produtivista a partir da leitura de “Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico”. *Revista Espaço Acadêmico (REA)*, v. 10, n. 109, p. 139-147.
- Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Resnik D. B.; Gutierrez-Ford C.; Peddada S. (2008). Perceptions of ethical problems with scientific journal peer review: an exploratory study. *Science and Engineering Ethics*, v. 14, n. 3, p. 305-310.
- Santos, B. S. (2000). *Introdução a uma ciência pósmoderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, S. A. (2010). A naturalização do produtivismo acadêmico no trabalho docente. *Revista Espaço Acadêmico (REA)*, v. 10, n. 110, p. 147-154.
- Tabachnick, B. G.; Keith-Spiegel, P.; Pope, K. S. (1991). Ethics of teaching: beliefs and behaviors of psychologists as educators. *American Psychologist*, n. 46, p. 506-515.
- Tragtenberg, M. (2002). A delinquência acadêmica. *Verve*, n. 2, p. 175-184.
- Taylor, S. J. (1987). Observing abuse: professional ethics and personal morality in field research. *Qualitative Sociology*, v. 10, n. 3, p. 288-302.
- Thompson, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes.